



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 26/11/2024 a 27/11/2024

¹ Nos dias vinte e seis e vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro foi realizada a 140^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação da Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as) Titulares e Suplentes – Dia 26/11/2024 – Manhã: Conselheiro Titular Adnilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Anna Paula Feminella, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Camilla Kely Pacheco Perpétuo, Representante do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro Titular Carlos de Sousa Andrade, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Suplente Cremilda Bastos Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade

²⁰ Cristã de Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD); Conselheira Suplente Deusina Lopes da Cruz,
²¹ Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à
²² Fome (MDS); Conselheira Titular Flavia Andrea Figueiredo Chaves, Representante do Ministério
²³ do Turismo (MTur); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização
²⁴ Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheiro Titular Joelson
²⁵ Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Jonas
²⁶ Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
²⁷ (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da
²⁸ Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro José Antônio Ferreira Freire, Representante da
²⁹ Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Magno
³⁰ Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
³¹ (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante
³² da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira
³³ Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo
³⁴ (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do Ministério da
³⁵ Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos Tomassini,
³⁶ Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular Rafael
³⁷ Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular
³⁸ Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
³⁹ Deficiência, dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira
⁴⁰ Suplente Sueli Francisca Vieira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção do
⁴¹ Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNPDH);
⁴² Conselheiro Titular Rafael Guiger (MTE); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino,
⁴³ Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente
⁴⁴ Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e
⁴⁵ Amigos dos Excepcionais (FENAPAES). Ausências justificadas – Dia 26/09/2024 – Manhã:
⁴⁶ Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações
⁴⁷ de Doenças Raras (FEBRARAS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da
⁴⁸ Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Titular Indyara
⁴⁹ de Araújo Moraes, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO);
⁵⁰ Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do

51 Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Orion Sávio Santos de Oliveira, Representante do Ministério
52 da Previdência Social (MPS). Acompanhantes - Dia 26/11/2024 – Manhã: Décio Gomes Santiago
53 Filho; Ícaro de Souza Freire; João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira da Silva; Watila de Souza.
54 Observadores – Dia 26/11/2024 – Manhã: Adriane do Nascimento Soares (CONDEF/RO); Alex
55 Alvarga; Ana Lucia Rodrigues (CONSER-Sergipe); Andréia Bussade (Instituto RioTEAMA);
56 Andréia C. S. da Silva (CEDPD-PB); Ariani (COEDE/SP); Carlos de Sousa
57 (CODDEDE-DF/CUT); Cláudio Araújo (COEDE/PA); Damaris Arruda de Souza; Isaias (CUT);
58 Letícia Farias (COEDE/SP); Luiz Carlos Costa (SEEB-SP); Maíra Taques dos Santos (Casa Civil
59 da Presidência); Rosângela Finocketi (MT); Maria Adriana Pinto (CDPDCPA); Mariana Gonçalves
60 (Instituto RioTEAMA); Nelson Khakil (COEDE/RS); Otair Rodrigues Filho (COEDE/MT);
61 Virgínia Nascimento (COEDE/RR). Conselheiros(as) Titulares e Suplentes - Dia 26/11/2024 –
62 Tarde: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das
63 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline
64 Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheira Suplente
65 Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheira Suplente Camilla
66 Kely Pacheco Perpétuo, Representante Do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro
67 Titular Carlos de Sousa Andrade, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens,
68 Serviços e Turismo (CNC); Conselheira Suplente Cremilda Bastos Cravo, Representante da União
69 Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho
70 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago,
71 Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD/BR); Conselheira
72 Suplente Deusina Lopes da Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
73 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva,
74 Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física
75 (ONEDEF); Conselheira Titular Indyara de Araújo Morais, Representante da Associação Brasileira
76 de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem
77 dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante
78 da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô
79 Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro
80 Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração
81 dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,

82 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);
83 Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de
84 Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do
85 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos
86 Tomassini, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular
87 Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro
88 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
89 Deficiência, dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira
90 Suplente Sueli Francisca Vieira Representante da Secretaria Nacional de Promoção do
91 Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNDPDH);
92 Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação Brasileira de Saúde
93 Coletiva (ABRASCO). Ausências justificadas – Dia 26/09/2024 – Tarde: Conselheira Titular Anna
94 Paula Feminella, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria
95 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheiro Titular Antoine
96 Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
97 (FEBRARAS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação
98 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Cesar Ackar
99 Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar,
100 Representante do Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). Acompanhantes - Dia
101 26/11/2024 – Tarde: Décio Gomes Santiago Filho; Nerize Ferreira da Silva; Watila de Souza.
102 Observadores – Dia 26/11/2024 – Tarde: Aldo Luiz Portella (Prefeitura Municipal de Rezende/RJ);
103 Eleidimar Odilia Isaque da Silva; Emerson Cunha Nascimento (Prefeitura Municipal de
104 Rezende/RJ); Gisele de Mozzi (Consultora UNESCO/MEC); Luiz Aragão (CASSI); Renata
105 Rezende (IFB); Thaís Morato (CASSI). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as) Titulares
106 e Suplentes – Dia 27/11/2024 – Manhã: Conselheiro Titular Adnilson Marins dos Santos,
107 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
108 (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da
109 Cultura (MINC); Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Representante do Ministério dos
110 Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
111 (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Anna Dorothea Dause Treno, Representante do Ministério
112 das Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra,

¹¹³ Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Antônio José do Nascimento Ferreira,
¹¹⁴ Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da
¹¹⁵ Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Camilla Kely Pacheco Perpétuo,
¹¹⁶ Representante Do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro Titular Cesar Ackar
¹¹⁷ Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira,
¹¹⁸ Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Suplente
¹¹⁹ Cremilda Bastos Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro
¹²⁰ Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
¹²¹ (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de
¹²² Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Erico Grassi Cademartori,
¹²³ Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva,
¹²⁴ Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física
¹²⁵ (ONEDEF); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação
¹²⁶ Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes,
¹²⁷ Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro José
¹²⁸ Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes
¹²⁹ Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação
¹³⁰ Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge
¹³¹ Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores
¹³² de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante
¹³³ da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho
¹³⁴ Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro
¹³⁵ Suplente Natan Monsores de Sá, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular
¹³⁶ Nelson Luiz dos Santos Tomassini, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública
¹³⁷ (MJSP); Conselheiro Titular Nicolau de Medeiros Faustino, Representante da Casa Civil (CC);
¹³⁸ Conselheira Suplente Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Representante do Ministério da Educação
¹³⁹ (MEC); Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e
¹⁴⁰ Emprego (MTE); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de
¹⁴¹ Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
¹⁴² (APABB); Conselheira Suplente Sueli Francisca Vieira Representante da Secretaria Nacional de
¹⁴³ Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

¹⁴⁴ (MDHC/SNPDH); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação ¹⁴⁵ Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante ¹⁴⁶ da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência ¹⁴⁷ Social, Família e Combate à Fome (SNAS/MDS). Acompanhantes - Dia 27/11/2024 – Manhã: ¹⁴⁸ Décio Gomes Santiago Filho; Ícaro de Souza Freire; João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira da ¹⁴⁹ Silva; Watila de Souza. Observadores – Dia 27/11/2024 – Manhã: Adriane do Nascimento ¹⁵⁰ (CONDEF-RO); Ângelo Motta (Câmara de Vereadores de Mostardas); Emilia de Paiva Aguiar ¹⁵¹ (CONEDE-AM); Erivaldo Fernandes (FENAPAES); Gisele de Mozzi (UNESCO/MEC); Issac Dias ¹⁵² (AFUBESP); Jorge Amaro (Câmara de Vereadores de Mostardas); Luiz Carlos Costa (SEEB-SP); ¹⁵³ Maria Cleide Queiroz (SEEB-SP); Otair Rodrigues Filho (CONEDE-MT); Rosângela Pinha (MT). ¹⁵⁴ Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as) Titulares e Suplentes – Dia 27/11/2024 – Tarde: ¹⁵⁵ Conselheiro Titular Adnilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das ¹⁵⁶ Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline ¹⁵⁷ Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheira Titular Anna ¹⁵⁸ Paula Feminella, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria ¹⁵⁹ Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNPDH); Conselheira Suplente Angela ¹⁶⁰ Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular Arthur de Almeida ¹⁶¹ Medeiros, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Cesar Ackar ¹⁶² Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, ¹⁶³ Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Suplente Cremilda Bastos ¹⁶⁴ Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Daniel ¹⁶⁵ Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); ¹⁶⁶ Conselheiro Titular Erico Grassi Cademartori, Representante do Ministério do Esporte (ME); ¹⁶⁷ Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades ¹⁶⁸ de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, ¹⁶⁹ Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); ¹⁷⁰ Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams ¹⁷¹ (ABSW); Conselheira Suplente Josineide Miranda de Freitas, representante da Fraternidade Cristã ¹⁷² de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, ¹⁷³ Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira ¹⁷⁴ Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos

¹⁷⁵ Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo
¹⁷⁶ Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro
¹⁷⁷ Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e
¹⁷⁸ Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos Tomassini, Representante do
¹⁷⁹ Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheira Suplente Patrícia Luiza Ferreira
¹⁸⁰ Rezende, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular Rafael Faria
¹⁸¹ Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular Roberto
¹⁸² Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos
¹⁸³ Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Sueli
¹⁸⁴ Francisca Vieira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano
¹⁸⁵ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNPDH); Conselheiro Suplente Victor da
¹⁸⁶ Silva Aquino, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro
¹⁸⁷ Titular Wallace Dias Freitas, Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social do
¹⁸⁸ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNAS/MDS).
¹⁸⁹ Ausências justificadas – Dia 27/11/2024 – Tarde: Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher,
¹⁹⁰ Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARAS);
¹⁹¹ Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante do Organização Nacional de Cegos do
¹⁹² Brasil (ONCB). Acompanhantes - Dia 27/11/2024 – Tarde: João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira
¹⁹³ da Silva; Watila de Souza. Observadores – Dia 27/11/2024 – Tarde: Adriane do Nascimento
¹⁹⁴ (CONDEF-RO); Arthur Silva (FENAPESTALOSSI); Damaris Arruda Souza (COEDE-RR); Emilia
¹⁹⁵ de Paiva Aguiar (CONEDE-AM); Gisele de Mozzi (UNESCO/MEC); Maria Adriana Pinto
¹⁹⁶ (CEDP-PA); Nelson; Otair Rodrigues Filho (CONEDE-MT); Roseane (Secretaria dos Direitos das
¹⁹⁷ Pessoas com Deficiência); Virginia Nascimento (COEDE-RR). Frequência dos Conselhos Estaduais
¹⁹⁸ de Direitos da Pessoa com Deficiência – Dia 27/11/2024: Adriane do Nascimento Soares (RO);
¹⁹⁹ Ariani (SP); Claudionor (PA); Damaris Arruda de Souza (RR); Emilia de Paiva Aguiar (AM);
²⁰⁰ Letícia Farias (SP); Nelson Khakil (RS); Otair Rodrigues Filho (RO); Virgínia Nascimento (RR).

²⁰¹ **ABERTURA 26/11/2024:** A Presidente Anna Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a
²⁰² todos e fez a sua audiodescrição. Com a palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago saudou a
²⁰³ todos e ressaltou a importância das pautas que seriam debatidas na presente reunião. Ato seguinte,
²⁰⁴ passou-se à verificação de quórum e a Presidente Anna Paula Feminella pediu que os novos
²⁰⁵ integrantes do CONADE se apresentassem. A Conselheira Flávia Andrae Figueiredo Chaves relatou

206 que trabalhava na Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPADI do Ministério do
207 Turismo – MTur e colocou-se à disposição para ajudar no que fosse necessário. A seguir, o
208 Conselheiro Nelson Luiz dos Santos Tomassini explicou que trabalhava na Secretaria Nacional de
209 Política sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e
210 detalhou que a Secretaria atuava em parceria com diversos órgãos no combate ao crime e na
211 apreensão dos ativos do tráfico de drogas. Então, apresentaram-se os(as) Conselheiros(as)
212 Estaduais: Virgínia Nascimento, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
213 Deficiência de Roraima – COEDE/RR; Damaris Arruda de Souza, representante das pessoas com
214 síndrome de Down; Letícia Farias, Presidente do COEDE/SP; Ariani, representante do COEDE/SP;
215 Nelson Khakil, Presidente do COEDE/RS; Alex Alvarga, chefe de gabinete da Secretaria Nacional;
216 Adriane do Nascimento Soares, Presidente do Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com
217 Deficiência e Necessidades Especiais – CONDEF/RO; Otair Rodrigues Filho, Presidente do
218 COEDE/MT; e Cláudio Araújo, Presidente do COEDE/PA. A Presidente Anna Paula Feminella
219 demonstrou alegria com a diversidade de representações e com a possibilidade de diálogo com
220 representantes do país todo. Em seguida, fez a leitura da pauta proposta, a saber: Dia 26/11/2024:
221 09h - Instalação do Plenário; 9h15 - Aprovação da Pauta e da Ata da 138ª Reunião Ordinária; 9h30
222 – Informes; 10h – Processo Eleitoral do CONADE; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário;
223 14h30 - Acessibilidade digital para pessoas com deficiência visual, cegos e baixa visão, nas
224 plataformas Gov.br, com a presença da diretora de plataformas dos serviços públicos digitais, Sra.
225 Eleidimar Odilia Isaque da Silva; 16h - Projeto Mapeamento Acessa Mais, Sra. Renata Rezende,
226 pesquisadora do Instituto Federal de Brasília – IFB; 17h – Encerramento. Dia 27/11/2024: 9h -
227 Instalação do Plenário; 9h30 Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP;
228 10h - Apresentação do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da
229 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão – CMC;
230 10h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS; 10h45 -
231 Apresentação do Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC; 11h - Apresentação do
232 do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF; 11h15 - Apresentação do
233 Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP; 12h
234 – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 - Inclusão e participação da pessoa com deficiência
235 no debate do G20 e Cúpula Mundial e da América Latina e Caribe sobre deficiências; 16h -
236 Encaminhamentos; 17h – Encerramento. Iniciando as manifestações, o Conselheiro Milton Pereira

237 de Carvalho Filho sugeriu que os informes fossem o último item da pauta do dia 26 de novembro ou
238 o primeiro do dia seguinte, em virtude do atraso para início da plenária, ao que a Presidente Anna
239 Paula Feminella recomendou que os informes fossem feitos na sequência do tema das eleições. Não
240 havendo mais manifestações, a pauta proposta foi aprovada por maioria com a inclusão da sugestão.
241 Após a votação, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates defendeu a manutenção da pauta original,
242 uma vez que tinha informações importantes a fazer. Entretanto, a Presidente Anna Paula Feminella
243 lembrou que a contestação deveria ter sido feita antes da votação. Ato seguinte, passou-se à votação
244 da Ata da 138^a Reunião Ordinária, que foi aprovada por maioria, com três abstenções. Após,
245 instalou-se o item de pauta sobre o processo eleitoral do CONADE. Em posse da palavra, o
246 Conselheiro Joelson Costa Dias relembrou do seu informe na primeira reunião da atual gestão do
247 CONADE sobre a tramitação de duas ações de fundamental importância para as atividades do
248 Conselho, uma da Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos
249 Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência – AMPID e uma da Federação Brasileira das
250 Associações de Síndrome de Down - FBASD, ambas impugnando os decretos da presidência
251 anterior do CONADE que mudaram as regras de eleição das entidades da sociedade civil e
252 destituíram do Conselho a AMPID e os conselhos estaduais e municipais. Relatou o julgamento
253 final das ações, cujo resultado foi o acolhimento da ação de Arguição de Descumprimento de
254 Preceito Fundamental – ADPF da FBASD e a declaração da constitucionalidade do Artigo 7º, do
255 Decreto nº 10.177/2019, na sua redação originária e também na redação modificada pelo Decreto nº
256 10.841/2021. Sendo assim, o Supremo Tribunal Federal - STF indicou o retorno do modelo de
257 eleição para escolha das representações da sociedade civil conforme constava no Regimento Interno
258 do CONADE em 2005, além de reconhecer o Conselho como um mecanismo independente,
259 essencial para a fiscalização da implementação da Convenção Internacional da Organização das
260 Nações Unidas - ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência. Explicou o processo de
261 modulação dos efeitos, aplicado ao processo pelo STF, para que a composição atual e as
262 deliberações feitas não sofressem nenhuma nulidade. Somou que o STF recomendou a formulação
263 de uma lei definindo a composição e o funcionamento do CONADE. Em seguida, a Presidente
264 Anna Paula Feminella reforçou o compromisso com a participação social e elucidou a respeito da
265 necessidade de dois novos decretos do CONADE, reestabelecendo o que o STF considerou
266 constitucional, e que a elaboração destes decretos seria feita a partir do debate com os
267 conselheiros. Destacou a importância do assunto e lembrou que a eleição subsequente seria feita no

268 começo de 2025. Saudou o Presidente do COEDE de Sergipe, Sr. Antônio Luiz, que tinha chegado
269 à reunião, e pediu licença para ausentar-se temporariamente, pois tinha uma agenda com a mídia.
270 Iniciando as manifestações, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães demonstrou preocupação com o
271 fato da reunião ser gravada e disponibilizada no *YouTube* e relembrou que a composição atual tinha
272 ingressado no CONADE por eleição, não por processo seletivo, independentemente da
273 nomenclatura usada no Decreto para definir o processo. Questionou se existia uma proposta de
274 novo edital para a próxima eleição, se os editais anteriores serviriam como base ou se a elaboração
275 seria iniciada do zero. Propôs que o termo “processo seletivo” fosse retirado do texto do último
276 edital em vigor, caso fosse ele o usado como base para a elaboração do próximo, e afirmou que,
277 caso existisse uma minuta, não tinha recebido com antecedência. O Conselheiro Milton Pereira de
278 Carvalho Filho lembrou que o edital precisaria ser publicado 90 dias antes da eleição, portanto o
279 tempo era escasso, e sugeriu a retomada do edital anterior ao que desencadeou problemas. A seguir,
280 o Conselheiro Victor da Silva Aquino concordou com as colocações anteriores, perguntou qual seria
281 o ponto de partida do edital e pediu que, futuramente, documentos pertinentes à pauta fossem
282 disponibilizados antecipadamente. Indagou, ainda, quais pontos do documento precisariam ser
283 alterados, de acordo com o STF. Em questão de ordem, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho
284 Filho pediu que as conversas paralelas fossem evitadas, a fim de não prejudicar o entendimento das
285 falas. Então, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates pediu compreensão caso precisasse
286 extrapolar o tempo de fala, uma vez que dependia de interpretação de Língua Brasileira de Sinais -
287 Libras para comunicar-se. Discorreu acerca da diversidade de representações no CONADE,
288 criticando ser o único representante das pessoas surdas, enquanto cegos eram três, e lembrou da
289 ausência de surdocegos e surdos oralizados. Discorreu sobre o trabalho desenvolvido por ele de
290 acolhimento das demandas destes públicos e apresentação ao Conselho. Questionou se o
291 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva gostaria de complementar a sua fala e refletiu sobre a maior
292 abrangência de representações. Após, a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de
293 Oliveira perguntou se o Decreto nº 10.177/2019 tinha sido considerado totalmente inconstitucional
294 pelo STF, ou apenas um artigo, este último sendo um cenário que simplificaria o debate. Reforçou
295 que, na realidade, não ocorreu um processo seletivo, e sim uma eleição. O Conselheiro Clóvis
296 Alberto Pereira concordou que o processo anterior tinha sido eleitoral e acompanhado pelo
297 Ministério Público, independentemente da nomenclatura utilizada. Informou que eram duas as
298 entidades de pessoas com deficiência visual, enquanto o Retina Brasil ocupava uma vaga por outro

299 segmento. Indicou que o tempo para elaboração do edital era curto e pediu que fosse usado como
300 base um edital anterior ao de 2021/2022. Declarou que os conselhos estaduais e municipais
301 precisavam retornar à composição do CONADE, possivelmente como representantes
302 governamentais, dado o enriquecimento que aplicavam aos debates. Então, a Conselheira Maria
303 Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira confirmou que, antes do edital, o decreto precisaria ser
304 revisto, e o Conselheiro Magno Prado Gama Prates agradeceu a correção feita à sua fala.
305 Continuamente, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou as colocações dos conselheiros
306 anteriores, com destaque para o papel dos conselhos estaduais e municipais no CONADE. Declarou
307 que as alterações propostas pelo STF precisavam ser acolhidas, mas que a elaboração de um decreto
308 novo seria inviável devido ao pouco tempo disponível. Lembrou da importância dos conselhos
309 serem garantidos por lei, o que deveria ser atendido antes das eleições presidenciais de 2026.
310 Garantiu que o CONADE tinha paridade, indicou que os conselhos deveriam ocupar vagas da
311 sociedade civil e criticou as cadeiras cativas, uma vez que instituições e entidades de classe
312 deveriam ser aprovadas por meio de processo eleitoral. Na sequência, o Conselheiro Roberto Paulo
313 do Vale Tiné discorreu sobre o processo feito em 2009, onde a própria assessoria jurídica garantiu
314 que o CONADE não precisava ser criado por lei específica, por ser citado em diversas leis, o que
315 indicava que o Congresso ratificava a sua existência, entendimento confirmado em 2019, quando
316 houve a tentativa de extinção do Conselho. Questionou se a composição atual do CONADE teria
317 tempo hábil para examinar a decisão do STF, construir uma nova proposta de Regimento Interno,
318 publicar esse Regimento e fazer um edital de convocação das eleições com 90 dias de antecedência.
319 Concordou com o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho quanto ao uso do decreto e edital
320 anteriores como base para os novos documentos e afirmou que os processos de debate de questões
321 como a composição poderiam ser extensos, o que era inviável devido ao curto espaço de tempo
322 disponível. Lembrou da sua manifestação contrária ao uso do termo “processo seletivo” quando da
323 sua instituição, em 2019, e insistiu na retomada da composição anterior. Sugeriu que a próxima
324 composição debatesse a construção de uma proposta de lei para recriação do CONADE, assim
325 como possíveis questões a respeito do processo democrático e representativo. Então, o Conselheiro
326 Cesar Ackar Magalhães argumentou que o decreto anterior ao nº 10.177/2019 não tinha sido
327 analisado pelo STF, portanto não deveria ser reutilizado, e sugeriu o decreto atual como ponto de
328 partida, acolhendo-se as correções indicadas pelo Supremo Tribunal Federal. Afirmou que, caso o
329 decreto antigo fosse determinado como base, faria pedido de vistas ao item de pauta, a fim de

330 apropiar-se do material, que desconhecia. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explicou que
331 a proposta visava resgatar a composição anterior e pediu que as eleições fossem conduzidas
332 conforme orientou o STF, ao que o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães afirmou ter entendido a
333 proposta, porém discordava dela, dado que o texto anterior não tinha passado pelo crivo do STF e
334 não era de conhecimento de todos. Posteriormente, a Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro
335 concordou que os processo de revisão eram demorados e reafirmou que os documentos referentes às
336 eleições precisavam ser aprovados pelo plenário, porém a próxima reunião dar-se-ia por volta de
337 fevereiro de 2025. Pediu que o tema fosse amplamente debatido antes de dar-se um
338 encaminhamento. Subsequentemente, a Conselheira Jô Nunes discordou que os conselhos estaduais
339 e municipais devessem ocupar vagas da sociedade civil e o Conselheiro Nicolau de Medeiros
340 Faustino resumiu que a decisão do STF indicava a constitucionalidade do Artigo 7º, que fala do
341 edital e precisaria ser desconsiderado, mas que o Decreto nº 10.177/2019 como um todo não tinha
342 sido declarado inconstitucional e que portanto não seria necessária a elaboração de um novo texto.
343 Disse que a decisão mencionava a Resolução nº 35 do CONADE e que o próprio STF orientou
344 sobre como o próximo processo de escolha da sociedade civil deveria ser conduzido, enquanto a
345 composição nova poderia pensar na revisão do decreto todo. A Conselheira Ângela Maria de Sousa
346 Bezerra concordou com o retorno dos conselhos estaduais e municipais, mas pediu a manutenção
347 dos direitos de instituições voltadas para doenças raras, como a Retina Brasil. Já a Conselheira
348 Deusina Lopes da Cruz apontou a menção ao CONADE na Lei Orgânica da Assistência Social –
349 LOAS, especificando a sua composição, de 18 membros paritariamente escolhidos em foros
350 próprios, sob fiscalização do Ministério Público. Propôs o resgate da legislação efetiva que
351 caracterizou o Conselho como entidade gestora pública integrada com o sistema de gestão público,
352 a fim de identificar o formato original pretendido. Em posse da palavra, a Presidente Anna Paula
353 Feminella informou que o resultado da ação tinha sido encaminhado por e-mail para todos os
354 conselheiros. Elucidou que a ADPF indicou constitucionalidade do Artigo 7º do Decreto
355 10.177/2019 e reafirmou o Regimento do CONADE, posteriormente lendo a conclusão do processo
356 e os artigos do Regimento a respeito da composição e eleição conforme referenciados no processo.
357 Concordou com a proposta de debater-se uma lei própria do CONADE, porém a ser desenvolvida
358 em momento oportuno. Retomando as manifestações, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva
359 endossou a preocupação com o tempo para elaboração das adequações e propôs a prorrogação do
360 mandato atual, a fim de que houvesse tempo hábil para o trabalho, ao que a Presidente Anna Paula

361 Feminella demonstrou o desejo de não atropelar o processo eleitoral. Ainda, o Conselheiro Wagner
362 Gonçalves Saltorato questionou se, dada a decisão do STF, o Regimento anterior não poderia ser
363 utilizado sem alterações. A Presidente Anna Paula Feminella explicou que, pela decisão da ADPF,
364 retornou-se ao Regimento de 2005 quanto à eleição, uma vez que o aspecto eleitoral dos decretos de
365 2019 e 2021 tinham sido julgados inconstitucionais. Sugeriu a criação de uma Comissão Eleitoral,
366 o que o CONADE poderia fazer, ao contrário da prorrogação do mandato, que acreditava não ser
367 possível. Agradeceu a presença dos servidores da secretaria. Aberta a fala para os convidados
368 presentes, o Sr. Isaias indicou que o debate não precisaria ter esperado a decisão do STF para
369 acontecer, dada a sua relevância, e afirmou que tinha ocorrido um processo seletivo controlado pela
370 Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência à época, como etapa prévia à eleição para
371 composição do CONADE, o que levou a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a FBASD a não
372 participarem. Relatou que, para as vagas dos representantes dos trabalhadores, os candidatos não
373 tiveram direito ao voto. Citou outros debates que precisariam ser feitos em momento oportuno,
374 como o fim das vagas cativas e a rediscussão da distribuição de vagas. Indicou a reedição da última
375 composição do CONADE como ação mais plausível e pediu que as entidades se comprometessem a
376 debater a elaboração da lei do Conselho e o estabelecimento de eleições democráticas. Somou que
377 nunca antes um processo eleitoral do CONADE tinha sido judicializado e que a ação era resultado
378 do trabalho de um Governo que não presava pela transparência. A seguir, o Sr. Nelson Khakil
379 reforçou a importância da lei do CONADE, da representação justa de todas as deficiências no
380 Conselho e da presença dos conselhos regionais com representações divididas geograficamente.
381 Então, o Conselheiro Carlos de Sousa reafirmou que o processo seletivo tinha acontecido e insistiu
382 na participação dos estados e municípios. Resumiu que a decisão do STF fazia justiça em nome das
383 pessoas com deficiência. Na sequência, a Sra. Cleo discorreu acerca do processo de eleição anterior,
384 que motivou a ação da FBASD, e falou sobre a estrutura e atuação da Federação. A seguir, o
385 Presidente do COEDE/GO refletiu sobre a representatividade dentro do Conselho, seja das
386 instituições ou dos conselhos estaduais e municipais, além de somar que eram eles que elegiam os
387 delegados para a Conferência Nacional. Mencionou, ainda, que a falta de apoio do CONADE com o
388 deslocamento poderia inviabilizar a participação dos demais conselhos. O Conselheiro Décio
389 Gomes Santiago somou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos - CAC e a Presidência
390 Ampliada estavam empenhadas em viabilizar o retorno dos conselhos para a composição do
391 CONADE. Com a palavra, o Sr. Otair Rodrigues Filho pediu que os conselheiros refletissem sobre a

392 lição do STF. Ressaltou que a decisão do STF indicava o retorno do Regimento Interno de 2005,
393 porém outro Regimento tinha estado vigente após este, e perguntou como a questão seria resolvida
394 juridicamente. Indicou um desencontro de informações e uma fragilidade do Conselho e requisitou
395 que o momento fosse visto como enriquecedor. O Sr. Antônio Luiz reforçou a demanda pela
396 participação dos conselhos estaduais, uma vez que o CONADE era um espaço de controle social, e
397 citou a capilaridade de representatividade do Fórum Brasileiro de Conselhos Estaduais e do Distrito
398 Federal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - FORBRACE. Continuamente, a Sra. Letícia
399 Farias discorreu sobre a importância do espaço dos conselhos, com destaque para o esforço feito
400 pelos conselheiros municipais e estaduais para participarem do CONADE, onde por vezes sequer
401 tinham fala, e lembrou que a luta de todos era a mesma. Então, a Presidente Anna Paula Feminella
402 destacou que, conforme o Regimento Interno, a prioridade de fala era dos conselheiros titulares, e
403 encaminhou para que fosse criada a Comissão Eleitoral até o final do dia, respeitando as inscrições
404 finais. Anunciou que a Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, chegaria com
405 brevidade para conhecer os membros do CONADE. Ainda, a Conselheira afirmou que vários
406 conselheiros não tinham recebido o e-mail a respeito da decisão do STF, ao que a Presidente Anna
407 Paula Feminella prometeu que verificaría no horário de almoço e somou que a ADPF estava sendo
408 analisada pela Consultoria Jurídica – CONJUR. Retomando a colaboração dos membros, o
409 Conselheiro Victor da Silva Aquino insistiu que a eleição deveria acontecer e disse que a própria
410 decisão judicial resolia o dilema do Artigo 7º, referente ao processo eleitoral, porém não abordou a
411 composição. Isto posto, sugeriu que o CONADE votasse única e exclusivamente a adoção da
412 composição do Regimento de 2005, que restabeleceria os assentos de conselhos municipais e
413 estaduais, trabalhadores em saúde e do Ministério Público, sem entretanto debater demais
414 representações. Reiterou que, embora o tema não estivesse na pauta, era uma reivindicação de
415 muitos dos presentes, inclusive representantes destes conselhos. Interrompendo a pauta, a
416 Presidente Anna Paula Feminella anunciou a presença da Ministra Macaé Evaristo, convidando-a a
417 ocupar a mesa e agradecendo sua presença. Mencionou, também, a publicação da resolução da 5ª
418 Conferência Nacional dos Direitos à Pessoa com Deficiência, que os conselheiros receberiam. Em
419 posse da palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago deu as boas-vindas à Ministra e explicou a
420 composição e o escopo do Conselho. Colocou o CONADE à disposição do Ministério dos Direitos
421 Humanos e Cidadania - MDHC e do Governo Federal, citou o iminente processo de renovação e
422 agradeceu a presença da Ministra. A Presidente Anna Paula Feminella destacou a presença de

423 representantes de conselhos estaduais e municipais do país todo, além de falar sobre a demanda do
424 retorno das representações regionais na composição do Conselho. A seguir, a Ministra Macaé
425 Evaristo demonstrou alegria em conhecer o Conselho, agradeceu o convite para participar e afirmou
426 que não era possível fazer uma política em prol da emancipação e a dignidade de todas as pessoas
427 se não fosse uma política construída em conjunto. Disse que o CONADE, assim como outros
428 conselhos que compunham a gestão do MDHC, tinha um papel fundamental na construção de uma
429 sociedade mais inclusiva, anticapacitista e justa para as pessoas com deficiência. Reafirmou seu
430 compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos e parabenizou o trabalho do
431 CONADE ao longo dos anos. Citou a comemoração dos 35 anos da Convenção sobre Direitos da
432 Criança e a importância da luta das organizações da sociedade civil na construção do Estatuto da
433 Criança e do Adolescente, inclusive aquelas que integravam o CONADE. Contou sobre o
434 tratamento das crianças com deficiência durante a sua infância, com destaque para a invisibilidade e
435 para a falta de dignidade. Falou sobre a relevância da escrita de normativas no conjunto do
436 ordenamento jurídico do país, mas afirmou que isso não bastava e que era necessária a sua
437 efetivação com políticas públicas. Colocou-se à disposição para ouvir e acolher as demandas e as
438 pautas de toda a composição do CONADE e garantiu a criação e implementação de políticas
439 públicas que atendessem as necessidades das pessoas com deficiência, principalmente com a
440 participação ativa da sociedade civil. Tratou também sobre a agenda do Presidente Luís Inácio Lula
441 da Silva no âmbito do G20, que englobava uma grande aliança global contra a pobreza e a fome,
442 olhando para as populações de maior vulnerabilidade. Falou do combate à todo discurso segregador
443 e de ódio, reiterou seu compromisso em continuar a trabalhar ao lado do CONADE e pediu a
444 colaboração de todas as instituições representadas com a pauta. Discorreu acerca das dimensões
445 territoriais do Brasil e sobre a dificuldade de implementar os debates e ideias em todos os cantos do
446 país, lembrando da necessidade de colaboração de todos os níveis governamentais com as políticas
447 públicas. Avançando às manifestações, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra demonstrou
448 satisfação em conhecer a Ministra e destacou a pauta da política pública de educação na perspectiva
449 da educação inclusiva. Prometeu encaminhar para a Ministra uma proposta de política pública
450 nacional, voltada para a permanência de pessoas com deficiência nas universidades. Após, o
451 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou a Ministra Macaé Evaristo e pediu que ela
452 assumisse um compromisso mais ativo com a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e com
453 o CONADE, dadas as necessidades da pasta e indicando que ajudaria a espalhar as políticas pelo

454 país. Pediu também o fortalecimento financeiro do Conselho, elogiou o interesse da Ministra em
455 saber o que acontecia nos municípios e desejou o avanço do Viver Sem Limites. Então, a
456 Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira relatou a situação delicada de
457 pacientes com doenças graves ou raras e deficiências. Apelou para que a Ministra ajudasse com a
458 revisão do acordo feito entre o STF e o Ministério da Saúde para redução da judicialização da
459 saúde, de forma a contemplar o tratamento de todos, e não impositiva ou arbitrária. Resumiu o
460 escopo do processo, criticou a ausência de participação social no debate e afirmou que a decisão do
461 STF não espelhava a realidade da população. A seguir, a Conselheira Maria do Carmo Tourinho
462 Ribeiro relatou o sofrimento de mães de autistas com as falas capacitistas, inclusive dos juízes do
463 STJ, e falou sobre a necessidade de judicialização contra os planos de saúde que negam
464 tratamentos. Então, o Conselheiro Décio Gomes Santiago lembrou que era a última reunião no
465 espaço em que estavam e pediu que o novo plenário tivesse a acessibilidade garantida. Já o
466 Conselheiro Joelson Costa Dias enalteceu o trabalho da Ministra e falou sobre a 5ª Conferência
467 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde foi demandado o fortalecimento dos
468 conselhos estaduais e municipais. Pediu o apoio à edição do decreto de criação do Comitê Gestor de
469 Avaliação Biopsicossocial, que ajudaria a assegurar a cooperação de todos os ministérios na
470 efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, assim como o aprofundamento dos estudos
471 técnicos e jurídicos necessários para viabilizar uma lei que formalize a criação e o funcionamento
472 do CONADE. Sugeriu a criação de um Fundo Nacional para os Direitos das Pessoas com
473 Deficiência, a fim de promover a garantia de recursos para financiar programas, ações estruturantes
474 e projetos de inclusão, e pediu que o gabinete da Ministra assumisse o comando de uma estratégia
475 nacional de educação inclusiva. Ainda, a Conselheira Jô Nunes demonstrou alegria com a
476 nomeação da Ministra Macaê Evaristo e solicitou capacitações a respeito das questões antirracistas.
477 O Conselheiro Décio Gomes Santiago agradeceu a Ministra pela escuta e o Sr. Antônio Luiz relatou
478 sua experiência enquanto criança com deficiência, demonstrando comoção com a fala da Ministra.
479 Disse que Sergipe tinha o maior índice de pessoas com deficiência do Brasil, somando 12,1% da
480 sua população, ou 280 mil pessoas. Falou sobre as dificuldades enfrentadas na atualidade no
481 Sergipe e pediu pressão federal sobre os estados. Ainda, a participante falou sobre o autismo severo
482 do seu filho, Gabriel, que não ia à escola desde os 11 anos, e a falta de escolas para crianças com
483 autismo de nível 3 de suporte no Rio de Janeiro, além de pediu ajuda para as mães atípicas. Ainda, o
484 Conselheiro Décio Gomes Santiago citou algumas pautas do CONADE, como o novo Viver Sem

485 Limite e a avaliação biopsicossocial. Falou sobre a força da militância da sociedade civil e
486 agradeceu a Ministra Macaé Evaristo, que, por sua vez, agradeceu as manifestações. Colocou-se à
487 disposição para ouvir as demandas e falou sobre as ações em desenvolvimento no Viver Sem
488 Limite, como a adesão online e a agenda do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com os(as)
489 prefeitos(as). Ponderou sobre a crise na vacinação contra a poliomielite, lamentou a situação no
490 Sergipe e concordou que o cuidado, inclusive das pessoas com deficiência, recaía majoritariamente
491 sobre as mulheres, concluindo que, além de pensar nos cuidados com os autistas nível 3, como
492 citado, era preciso pensar em uma política para cuidar de quem cuida. Afirmou que ajudaria no
493 fortalecimento dos conselhos estaduais, demonstrou preocupação com a avaliação biopsicossocial e
494 resumiu os diálogos com o Ministério da Educação – MEC a respeito de educação inclusiva,
495 afirmando que o investimento precisava ser na formação e na construção de qualificações de
496 formação profissional, mas também em ciência e tecnologia com potencial para eliminar barreiras.
497 Por fim, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães pediu vistas do assunto em pauta, com base no
498 Artigo 22, Inciso 13, do Regimento Interno. Após o intervalo para almoço e a verificação de
499 quórum, o Conselheiro Décio Gomes Santiago, a pedido da Presidente Anna Paula Feminella,
500 encaminhou para que o debate sobre o processo eleitoral fosse retomado na manhã seguinte,
501 inclusive com relação ao pedido de vistas, feito após o encerramento da reunião. Então, o
502 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné afirmou que não cabia um pedido de vistas, uma vez que
503 não tratava-se de um parecer em análise. Já a Conselheira argumentou que o Regimento não citava
504 que o pedido de vistas era restrito à processos e lembrou da falta de acesso aos documentos que
505 precisavam ser analisados. Somou que um acordo poderia ser feito caso as entidades não fossem
506 prejudicadas. Sobre a questão, o Conselheiro Victor da Silva Aquino reiterou que o STF indicou a
507 manutenção da composição. Indicou que seriam duas matérias para deliberação: o pedido de vistas
508 e a composição, a última devendo ser feita em momento oportuno, dada a extensão do debate e
509 tendo em vista que a composição atual estava garantida. Interrompendo a discussão, o Conselheiro
510 Décio Gomes Santiago insistiu no encaminhamento para que o debate da pauta eleitoral fosse
511 retomado no dia seguinte, conforme solicitado pela Presidente Anna Paula Feminella. Isto posto, a
512 alteração da pauta foi aprovada por maioria e o processo eleitoral seria pautado novamente no início
513 da plenária do dia 27 de novembro. A Conselheira Indyara de Araújo Moraes confirmou que os
514 relatos das Comissões seriam feitos no período vespertino do dia seguinte. Ato seguinte, passou-se
515 ao ponto de pauta sobre Acessibilidade digital para pessoas com deficiência visual, cegos e baixa

516 visão, nas plataformas Gov.br. Em posse da palavra, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra
517 informou que a pauta tinha sido solicitada há mais de um ano em decorrência da demanda as
518 pessoas com deficiência visual, cegas e baixa visão, assim como idosos, e agradeceu a presença da
519 convidada. Então, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva, diretora na Secretaria de Governo Digital
520 - SGD, agradeceu o convite e explicou que a Secretaria, além das plataformas, era responsável pela
521 pauta da acessibilidade digital nos serviços públicos, pelo Modelo de Acessibilidade em Governo
522 Eletrônico – eMAG, pela suíte VLibras e pela normativa de acessibilidade digital no âmbito dos
523 serviços públicos. A respeito dos produtos digitais, apontou como mais usado o Gov.br e resumiu o
524 histórico da inclusão e da acessibilidade digital desde o surgimento do governo eletrônico, com
525 destaque para os avanços a partir de 2018. Citou que eram feitas ações de orientação, capacitação,
526 acompanhamento e melhoria dos produtos digitais, embora fosse sabido que as plataformas ainda
527 não era completamente acessíveis, mas que o trabalho estava em constante evolução. Falou sobre as
528 dificuldades de garantia da acessibilidade plena no Gov.br, tendo em vista que tratava-se de uma
529 ferramenta interministerial que abrigava o trabalho desenvolvido por diversos editores de conteúdo,
530 que precisavam atentar-se às boas práticas de acessibilidade, mas nem sempre tinham conhecimento
531 para tal. Explicou o funcionamento do validador automático que estava disponível no Gov.br e
532 indicava os erros de acessibilidade aos editores de conteúdo. Citou duas melhorias feitas ao
533 aplicativo do Gov.br recentemente: a possibilidade do uso da câmera traseira do celular e o
534 comando por voz, assim como o acompanhamento aos comentários quanto à acessibilidade do
535 produto na loja de aplicativos. Comentou sobre as tecnologias com um nível baixo de acessibilidade
536 entregues pelo mercado, a exemplo do Captcha, cujas opções seriam: eliminar o seu uso, utiliza-lo
537 sem acessibilidade ou contratar uma solução de acessibilidade disponível no mercado, sendo a
538 última utilizada à data. Acrescentou que o Captcha passou a surgir durante a interação com o Gov.br
539 apenas quando o sistema desconfiava de que a interação não fosse humana, diminuindo a sua
540 recorrência. Resumiu as ações da Secretaria quanto às questões normativas e de capacitação e
541 afirmou que o objetivo era alcançar todos os públicos, tanto no ponto de vista normativo e
542 orientativo quanto prático. Discorreu acerca do Laboratório de Qualidade em Serviços Públicos -
543 LAB-Q, que contava com uma frente específica de acessibilidade digital e envolvia a produção
544 digital, a área normativa e a área que cuidava da melhoria e da qualidade dos serviços públicos,
545 além de demandar a opinião de pessoas com deficiência, a fim de confirmar se as soluções estavam
546 adequadas. Colocou-se à disposição para ouvir contribuições e reforçou que a acessibilidade ainda

547 tinha muito a melhorar e que o trabalho seria sempre constante. Iniciando as manifestações, o
548 Conselheiro Rafael Faria agradeceu a presença da convidada e perguntou se também era de
549 responsabilidade da Secretaria o SouGov, ao que a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva respondeu
550 que não. Então, o Conselheiro Rafael Faria falou sobre as dificuldades com a plataforma e
551 com as demandas constantes para que ele mesmo testasse a acessibilidade, embora o ideal fosse
552 contratar uma pessoa para a função. Pediu que as soluções fossem padronizadas, assim como a
553 qualidade da acessibilidade. Após, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho apontou que a
554 preocupação com as ações de acessibilidade deveriam partir do Governo e, como integrante da
555 Coordenação Geral de Tecnologia Assistiva no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação –
556 MCTI, colocou-se à disposição para colaborar com a pauta. Falou sobre a criação da cultura de
557 acessibilidade, que deveria ser obrigatória em todos os projetos, e sobre a necessidade de
558 contratação de bons profissionais da área. A Conselheira Indyara de Araújo Moraes parabenizou a
559 pauta, perguntou sobre a regulamentação do Artigo 63, assim como a previsão de publicação, e
560 citou a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relacionada à acessibilidade em
561 dispositivos digitais lançada dois anos antes, questionando se um modelo similar para aplicativos
562 estava sendo pensado. Então, o Conselheiro Joelson Costa Dias agradeceu pela pauta e informou
563 que apenas 2,9% dos sites brasileiros atendiam os critérios de acessibilidade digital, de acordo com
564 a *Big Data Corp*, o que comprometia o princípio da universalidade da internet. Além dos leitores,
565 citou como meios de conquistar-se a acessibilidade os softwares de ampliação e as interpretações de
566 Libras. Lembrou do comprometimento em âmbito mundial da participação das pessoas com
567 deficiência em fóruns globais de governança digital, o que não se concretizava, além de relatar que
568 o G20 e a ONU reconheceram a relevância deste tema para as discussões sobre equidade e
569 desenvolvimento sustentável. Ressaltou que a discussão deveria ser continuada no CONADE e que
570 o Governo precisava investir na capacitação das pessoas com deficiência para participação nos
571 fóruns internacionais de governança digital e sugeriu a criação de programas nacionais de
572 transformação digital. Propôs ainda: estimular o uso da inteligência artificial para desenvolver
573 tecnologias assistivas; promover a criação de estruturas de conectividade inclusivas; garantir a
574 participação multissetorial; acelerar a Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 47/2021, que
575 garante a inclusão digital como direito fundamental constitucional; e sensibilizar gestores públicos e
576 demais atores sobre a importância de aplicar as diretrizes de acessibilidade do conteúdo web em
577 projetos digitais. A Conselheira Indyara de Araújo Moraes pediu mais informações sobre as

578 capacitações que o Governo estava desenvolvendo com relação à pauta. A seguir, a Conselheira
579 Angela Maria de Sousa Bezerra agradeceu a apresentação e as contribuições e lembrou que os
580 profissionais capacitados para atuar na área da acessibilidade não eram bem remunerados.
581 Reivindicou o avanço da navegação através de orientação verbal e listou melhorias que poderiam
582 ser facilmente aplicadas ao Gov.br, destacando também as dificuldades de pessoas com deficiência
583 visual ou cega com a biometria e com a assinatura digital de documentos. Criticou as repetidas
584 solicitações de login, pediu a validação manual por usuário com deficiência visual ou cego em
585 substituição à automática e explicou que este público poderia atuar como consultor de
586 acessibilidade. Sugeriu a contribuição de universidades com a acessibilidade e lembrou que, em
587 paralelo com a pauta, as pessoas com deficiência precisavam também de internet de qualidade para
588 a plena promoção da inclusão digital. Questionou se as capacitações também eram acessíveis,
589 cobrou não apenas o estabelecimento da acessibilidade, mas também sua manutenção, e chamou a
590 atenção para as demandas de pessoas com deficiência na área rural. O Conselheiro Décio Gomes
591 Santiago pediu que a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra enviasse o relatório que
592 desenvolveu para ser analisado pelo CONADE. Em resposta, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da
593 Silva concordou com as colocações do Conselheiro Rafael Faria Guiger sobre a rotatividade de
594 trabalhadores em prol da acessibilidade e a falta de processos a serem seguidos, inclusive para
595 contratação. Somou que os editais não contemplavam os testes manuais de acessibilidade e afirmou
596 que todos os relatos seriam considerados e avaliados. Disse que, no Guia de Acessibilidade Digital,
597 constava uma seção específica para gestão de projeto, com orientações aos gerentes. Agradeceu a
598 parceira e a colaboração do Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho e explicou que o eMAG
599 era um subconjunto simplificado do *Web Content Accessibility Guidelines* - WCAG, o que causou
600 uma confusão sobre qual diretriz deveria ser seguida pelas equipes, embora ambas fossem iguais.
601 Em decorrência da dúvida, disse que, em 2022, foi feita a tradução do WCAG, que era um
602 documento extenso, e falou que estava em desenvolvimento um resumo prático sobre como aplicar
603 a norma em substituição ao eMAG pela ABNT, que seria a base para as capacitações e cuja
604 previsão de entrega era meados de 2025. Em suma, anunciou que estariam disponíveis em breve: o
605 WCAG traduzido, a norma ABNT relacionada a sítios e sistemas e norma ABNT relacionada a
606 aplicativos móveis. A seguir, discorreu sobre o movimento Web para Todos, concordou com a fala
607 do Conselheiro Joelson Costa Dias e agradeceu a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra,
608 arrazoando que algumas questões de acessibilidade apenas poderiam ser indicadas por pessoas com

609 deficiência visual. Reiterou que as pessoas com deficiência não poderiam ser vistas como
610 consultorias informais e que os consultores profissionais deveriam ser contratados, ao que o
611 Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho insistiu na profissionalização destas funções e
612 diferenciou o *tester* do usuário. Ainda, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva propôs um espaço
613 fixo no CONADE para a SGD participar das reuniões, sendo representada pelos seus diretores de
614 forma rotativa. Agradeceu os relatos e colocou-se à disposição para contribuir com o CONADE. O
615 Conselheiro Décio Gomes Santiago agradeceu a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva e deixou o
616 CONADE à disposição para prosseguir com a parceira. Ato seguinte, passou-se ao item de pauta
617 sobre o Mapeamento Acessa Mais. Com a palavra, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer
618 explicou ter solicitado a pauta para apresentar o projeto ao CONADE, que foi desenvolvido pelo
619 Ministério da Cultura - MinC e pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Resumiu que o
620 Mapeamento Acessa Mais visava mapear nacionalmente artistas e agentes culturais com deficiência
621 e profissionais que trabalhavam com acessibilidade cultural através de um cadastro, sendo que o
622 diagnóstico resultante ajudaria a elaborar políticas públicas para fomentar e incentivar os artistas e a
623 acessibilidade cultural no Brasil. Falou sobre a composição da equipe de desenvolvimento do
624 projeto, com destaque para a representante do Centro-Oeste, Sra. Renata Rezende, que se
625 apresentou como professora do Instituto Federal de Brasília – IFB e pesquisadora da área das artes.
626 Falou que a parceria entre a UFBA e o MinC buscava identificar quantos artistas no Brasil tinham
627 deficiência e quais eram os trabalhos desempenhados por eles. Relatou que o site tinha sido
628 desenvolvido para abrigar o formulário anônimo, pediu a divulgação dele e informou que, até o dia
629 25 de novembro, 2.322 pessoas tinham se cadastrado, sendo mais de 1.080 artistas e pouco mais de
630 200 agentes culturais, embora colaborações ainda fossem aceitas. Indicou a disparidade de funções
631 como um reflexo do capacitismo. Apresentou o site www.mapeamentoacessamais.com.br,
632 destacando a acessibilidade presente, e reafirmou que o objetivo do projeto era a coleta de
633 informações para elaboração de políticas públicas para artistas e pessoas da área com deficiência.
634 Resumiu que eram três os tipos de cadastro possíveis: quem é artista com deficiência, quem trabalha
635 como agente cultural e quem é agente de acessibilidade. Somou que dez bolsistas trabalhavam no
636 projeto, assim como 30 consultores. Após, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer confirmou que
637 o cadastro era simples e rápido e destacou que a interpretação de Libras do site foi feita por
638 intérpretes e não utilizava o sistema VLibras, que julgou insatisfatório, por traduzir palavra por
639 palavra e não levar em conta a construção de frases da Libras. Disse que o site foi elaborado pela

640 UFBA sem utilizar o Gov.br, para não depender exclusivamente das opções de acessibilidade do
641 sistema do Governo. Afirmou que o MinC estava trabalhando em políticas para garantia dos direitos
642 culturais da pessoa com deficiência, incluindo a edição de duas instruções normativas, para reserva
643 de vagas para pessoas com deficiência em editais e para determinação da obrigação de medidas de
644 acessibilidade para projetos culturais. Explicou que tais ações geraram críticas dos gestores
645 culturais, que julgam não haver interesse suficiente das pessoas com deficiência para o
646 preenchimento das vagas, ponto que o estudo quer desmistificar. Apontou como outro objetivo do
647 Mapeamento a ampliação da acessibilidade cultural e, como consequência, do mercado para
648 audiodescritores, intérpretes de Libras e consultores de acessibilidade. Pediu a ajuda dos presentes
649 na divulgação do projeto, que estaria aberto para contribuições até 21 de dezembro. Em conclusão,
650 a Sra. Renata Rezende relatou que, em muitos editais, as pessoas com deficiência não eram
651 incluídas ou recebiam salários inferiores aos demais e informou que apenas 5% dos editais para
652 pessoas com deficiência eram corretamente preenchidos. Iniciando as manifestações, o Conselheiro
653 Rafael Faria Guiger falou sobre sua experiência com as artes e com o reconhecer-se como artistas e
654 discorreu sobre o direito ao trabalho, relacionando-o com o direito à dignidade. Anunciou ter
655 preenchido o formulário de forma rápida e sem intercorrências e lembrou que a pessoa com
656 deficiência podia ser artista, não apenas expectador da arte. Então, a Conselheira Indyara de Araújo
657 Morais elogiou a iniciativa e relatou que, na sala da qual participou na Conferência Nacional, foi
658 citada a ausência de profissionais específicos de Libras para eventos culturais. Falou que o estudo
659 serviria de subsídio para indicar a existência desse público e para melhorar a remuneração dos
660 profissionais de acessibilidade. A seguir, o Conselheiro Erico Grassi Cademartori relatou sua
661 experiência como produtor cultural em Brasília e na elaboração de editais e propôs a capacitação
662 das pessoas com deficiência para apresentarem seus projetos de maneira adequada.. Após, a Sra.
663 Eleidimar Odilia Isaque da Silva disse que analisaria a crítica ao VLibras, concordando que era uma
664 tradução de palavras individuais e avisando que o banco de dados estava em expansão. Explicou
665 que, para os conteúdos fixos do Gov.br, eram gravados vídeos com intérpretes de Libras, mas que
666 nos conteúdos atualizados frequentemente a opção era inviável, por isso o uso do VLibras.
667 Complementando, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho avisou que uma das entregas do
668 programa Viver Sem Limite era a Central de Libras, que utilizaria os recursos de inteligência
669 artificial - IA. Na sequência, a Sra. Renata Rezende somou que o uso de avatares na interpretação
670 de Libras era controverso, falou do impacto esperado das IAs, que demandaria critérios para sua

671 aplicação, e concordou que, por exemplo em sites de notícias, a interpretação de Libras humana era
672 inviável. Relatou que os editais de cultura, muitas vezes, não especificavam a área que a pessoa
673 com deficiência poderia trabalhar ou rebaixavam estas pessoas até mesmo à situações análogas à
674 escravidão. Pediu maior rigor nos editais e na distribuições de vagas, algo com o que o CONADE
675 poderia contribuir. Por fim, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer agradeceu o espaço no
676 Conselho e as contribuições feitas e falou sobre a necessidade de implementação de uma cultura de
677 acesso. Explicou que, no âmbito cultural, usava-se a acessibilidade estética, que abrangia as
678 especificidades culturais, ou o tradutor, diferentemente da acessibilidade formal. Sobre o VLibras,
679 argumentou que deveria ser uma ferramenta complementar, não principal, e abriu espaço para que o
680 Conselheiro Rafael Faria Guiger tocasse seu pífano. **ENCERRAMENTO 26/11/2024:** Feitos os
681 agradecimentos e não havendo mais nenhum item a ser tratado, o Conselheiro Décio Gomes
682 Santiago agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 140ª Reunião Ordinária do
683 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). **ABERTURA 27/11/2024:**
684 A Presidente Anna Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de
685 todos. Lembrou que o CONADE tinha diversas responsabilidades, incluindo o monitoramento do
686 cumprimento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o
687 compromisso de induzir, indicar e avaliar os trabalhos dos governos estaduais, municipais e federal
688 em apoio aos conselhos regionais. Anunciou que a pauta do dia estava apertada e que iniciaria com
689 o processo eleitoral do CONADE e os informes. Resumiu os debates do dia anterior sobre a eleição,
690 lembrando que o mandato da composição atual encerraria-se em março de 2025, mas que o novo
691 edital precisava ser divulgado 90 dias antes da eleição. A seguir, o Conselheiro Décio Gomes
692 Santiago saudou os presentes, elogiou os debates do dia anterior e encaminhou para a verificação de
693 quórum. Verificada a existência de quórum, retomou-se a pauta do processo eleitoral. Em posse da
694 palavra, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos relatou a inquietação da plenária sobre o
695 processo eleitoral e reiterou que apenas um artigo do Decreto vigente tinha sido declarado
696 constitucional. Resumiu que o CONADE desejava o retorno do AMPID e dos conselhos regionais
697 à sua composição, mas que a temática da composição não poderia ser prontamente debatida devido
698 à indisponibilidade de tempo. Informou que a proposta da Presidência Ampliada era a criação de
699 um Grupo de Trabalho na presente reunião para que a próxima gestão discutisse a composição e
700 criasse um projeto de lei do CONADE. Iniciando as manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto
701 Pereira opinou que o GT, embora necessário, deveria ser criado apenas na próxima gestão, devido

702 ao seu objetivo. A seguir, a Conselheira Sueli Francisca Vieira explicou que a decisão da ADPF
703 envolveu a restrição de participação e a diversidade das pessoas que compõem o Conselho e pediu a
704 retomada da composição que incluía os conselhos estaduais e municipais, como foi amplamente
705 defendido no dia anterior. Concordou tanto com a criação da Comissão Eleitoral quanto com o
706 adiamento do GT para a próxima gestão. Na sequência, o Conselheiro Victor da Silva Aquino
707 criticou a proposta da Presidência Ampliada e insistiu na representação dos conselhos regionais,
708 independentemente se na vaga de Governo ou sociedade civil, afirmando que a votação da
709 composição poderia ser feita em tempo hábil. Explicou a votação poderia ser entre retomar a
710 composição de 2005 ou incluir a AMPID como integrante da sociedade civil e o conselho estadual
711 como governamental, sem precisar de mudança no Regimento Interno e aumentando apenas um
712 conselheiro em cada representação. Então, o Conselheiro Décio Gomes Santiago informou que a
713 CONJUR orientou que os conselheiros municipais e estaduais deveriam ocupar vagas da esfera
714 governamental. Após, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva se disse contemplado com a proposta
715 anterior, mas lembrou que a AMPID deveria disputar uma vaga como as demais entidades de
716 sociedade civil e pediu o fim das cadeiras cativas. O Conselheiro Daniel Faganello perguntou se a
717 participação dos conselhos estaduais e municipais tinha sido revogada via decreto federal e se seria
718 possível o CONADE institui-la novamente. Posteriormente, o Conselheiro Nicolau de Medeiros
719 Faustino respondeu que a composição do CONADE era estabelecida por decreto, que não foi
720 questionado pelo STF, mas não poderia ser alterada sem mudar o documento, o que seria inviável
721 devido ao tempo. Concordou com a criação do GT para discutir formas de incluir outras
722 representações futuramente e também discordou das cadeiras cativas. Reforçou que a decisão do
723 STF respaldava que o processo eleitoral de 2005 fosse replicado, não alteração na composição do
724 Conselho. Cedida a palavra, a Sra. Letícia Farias falou sobre a luta para o retorno da vaga dos
725 conselhos regionais ao CONADE, que desenrolava-se há dois anos, cobrou a participação social e a
726 efetivação da democracia e insistiu que não poderia haver um retrocesso na luta pela representação.
727 O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva solicitou uma questão de ordem para reforçar a fala anterior,
728 mas foi interrompido e a Presidente Anna Paula Feminella pediu que aguardasse sua vez, uma vez
729 que o assunto não era uma questão de ordem. Isso posto, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães
730 lembrou do seu pedido de vistas da pauta no dia anterior e concordou que os conselhos deveriam ter
731 uma vaga no CONADE, assim como a AMPID. Explicou que seu pedido de vistas não foi pelo
732 mérito do ponto em discussão, mas sim pelo método e pela falta de conhecimento sobre os

733 documentos envolvidos. Julgou que o Conselho deveria ter autonomia para discutir sua composição
734 sem tirar espaço de segmento algum e endossou a proposta do Conselheiro Victor da Silva Aquino.
735 Disse que os conselhos deveriam ocupar uma vaga do poder público e falou que a burocracia para
736 elaboração e lançamento do decreto não deveria impedir o CONADE de demonstrar
737 emponderamento através da decisão da sua composição. Por fim, retirou seu pedido de vistas. Em
738 seguida, o Sr. Otair Rodrigues Filho entendeu que a decisão do STF não interferia na composição
739 do Conselho, mas questionou o futuro dos COEDEs sem a participação deles no CONADE.
740 Criticou a decisão de tirar do Conselho as representações estaduais. Então, o Conselheiro Roberto
741 Paulo do Vale Tiné contextualizou a existência do Decreto nº 10.177/2019, dizendo que o
742 documento recriou o CONADE em um momento em que o Governo Federal tentou extinguí-lo.
743 Disse que a retirada dos conselhos estaduais decorreu-se da insatisfação do Governo com a
744 participação deles que, embora ocupassem uma cadeira governamental, atuavam como
745 representantes da sociedade civil. Somou que a saída da AMPID deu-se como um ataque do
746 Governo ao Ministério Público e apontou que, caso não houvesse reparação por falta de tempo, o
747 CONADE perderia uma oportunidade de corrigir uma injustiça. Confirmou que o tempo era
748 insuficiente para os trâmites de publicação de um decreto, lamentando-se e reafirmando que não
749 concordou com a condução do Governo anterior. Propôs a criação do GT, porém não a
750 determinação da sua composição, para reformulação do Regimento Interno, podendo este incluir a
751 previsão da convocação de uma eleição complementar para as cadeiras que viriam a ser criadas, no
752 caso para os conselhos estaduais e a AMPID. A seguir, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
753 apontou que o retorno tanto dos conselhos estaduais quanto municipais era imprescindível e que a
754 saída deles não deveria ser atribuída ao CONADE. Relembrou que, durante o Governo anterior, os
755 integrantes do Conselho fizeram tudo que estava a seu alcance em prol da pauta e discorreu sobre os
756 efeitos das decisões políticas em instâncias como o CONADE. Argumentou que, uma vez que o
757 tempo era insuficiente para alterar a composição, o melhor caminho era prosseguir com os trabalhos
758 de forma a evitar a inatividade do Conselho. Falou que, futuramente, poderiam ser debatidas as
759 demais representações, a fim de dar mais espaço aos conselhos regionais, o que indicou como um
760 processo doloroso. Ato seguinte, a Presidente Anna Paula Feminella falou sobre as lutas de
761 reconstrução do Conselho nos últimos dois anos e enfatizou seu desejo de aumentar as
762 representações e tornar o CONADE cada vez mais participativo. Lembrou que o STF questionou a
763 eleição da atual composição, que corria o risco de ser suspensa, e disse que a decisão foi por

764 aguardar a tramitação do processo antes de decidir-se sobre o processo eleitoral ou a composição.
765 Lamentou as ausências citadas e pediu a diferenciação entre os desejos e a realidade institucional.
766 Explicou que a mudança do decreto levaria à uma extensão da presente composição, já questionada
767 pelo STF, o que colocaria o Conselho em uma situação de insegurança jurídica. Somou que o
768 Regimento do CONADE não tinha poder para alterar o número de integrantes por estar abaixo do
769 Decreto, que não tinha sido completamente anulado. Sugeriu a criação de uma comissão temática,
770 com duração de três meses, para propôs a nova composição através de novo decreto, incorporando
771 os conselhos e a AMPID já na nova composição, o que resultaria no processo eleitoral como já era
772 conhecido para as 18 vagas e um processo eleitoral diminuto, mais adiante, para estabelecimento
773 das vagas propostas pela comissão. Indicou também que, até a efetivação das novas vagas, o
774 CONADE poderia arcar com as despesas de passagem e hospedagem dos representantes de dois
775 conselhos regionais para participação das reuniões com direito à voz, a serem escolhidos pelo
776 FORBRACE. A seguir, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães questionou se o prazo para fazer
777 uma eleição com o último decreto, mudando apenas os apontamentos do STF, era diferente do prazo
778 de se fazer uma nova eleição incluindo a AMPID e os conselhos, ao que o Conselheiro Nicolau de
779 Medeiros Faustino detalhou as etapas evolvidas na mudança das condições do decreto, incluindo os
780 debates internos, a análise jurídica e da secretaria executiva e a tramitação na Casa Civil, que
781 também poderiam gerar debates. Explicou novamente a proposta da Presidente Anna Paula
782 Feminella, reiterando que as representações eleitas em decorrência do trabalho da comissão
783 temática teriam mandatos mais curtos, a fim de igualar-se com o mandato dos demais representantes
784 da sociedade civil, e viu a proposta como uma forma de contemplar as demandas dos conselheiros.
785 O Conselheiro Décio Gomes Santiago registrou a presença do ex-Conselheiro Neto. Então, o
786 Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira refletiu sobre os prazos para publicação do
787 decreto e realização da eleição, que seria adiada caso o decreto fosse reeditado. Arrazoou que o
788 Governo atual não poderia ser acusado de não acolher a participação social e apoiou o
789 encaminhamento da Presidente Anna Paula Feminella, assim como a criação da Comissão Eleitoral.
790 O Conselheiro Daniel Faganello perguntou se o CONADE poderia solicitar a revogação dos
791 decretos que foram emitidos pelo Governo anterior, ao que o Conselheiro disse que revogações
792 eram complexas, mas que o Conselheiro Nicolau de Medeiros Faustino poderia encaminhar uma
793 moção orientando o Governo para que fizesse a revisão dos decretos e, possivelmente, a revogação
794 daqueles incompatíveis com as propostas do Governo atual. Então, o Conselheiro Geziel Bezerra da

795 Silva reforçou que a saída dos conselhos regionais da composição não era culpa do CONADE e
796 citou pareceres da CONJUR que indicavam impedimentos para o retorno das vagas dos conselhos,
797 por isso da necessidade de ação judicial, embora o Conselho tenha trabalhado em prol das
798 representações. Criticou o tema não ter sido tratado antes, contudo argumentando que o CONADE
799 desenvolveu várias atividades durante a presente gestão, incluindo a Conferência Nacional. Propôs
800 que o Conselho elaborasse uma Resolução para que os conselhos municipais e estaduais pudessem
801 participar das plenárias sem estar no decreto. Com a palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago
802 afirmou que a Presidente Anna Paula Feminella lutava pelo retorno das representações desde que
803 assumiu a presidência e garantiu que nenhum conselheiro era contra a participação dos conselhos
804 regionais, mas a questão jurídica precisaria ser respeitada. Ainda, o Sr. Nelson Khakil apontou o
805 consenso de que os conselhos estaduais eram parte do CONADE, compreendeu as questões
806 jurídicas envolvidas e apoiou o encaminhamento da Presidente Anna Paula Feminella. Reivindicou
807 que o direito de voz dos conselhos estaduais fosse garantido em todas as reuniões e que eles
808 pudessem participar das comissões, também com direito à voz. A Sra. Emília de Paiva Aguiar
809 sensibilizou-se com a fala da Sra. Letícia Farias e comparou a realidade dela, que vive na cidade
810 mais rica do país, com a sua própria, no Amazonas, onde os recursos são escassos. Disse que o ideal
811 seria ter as cinco regiões do país contempladas, por conta da diversidade, o que entendia ser
812 inviável, sugerindo no mínimo uma representação estadual e uma municipal, sendo que os
813 representantes das demais regiões também deveriam ter direito à voz. Continuamente, a Presidente
814 Anna Paula Feminella saudou o ex-Presidente do CONADE, Moisés Bauer, que estava presente, e
815 falou sobre sua história enquanto ativista dos movimentos sociais pela participação e qualificação
816 do protagonismo das pessoas com deficiência, que passava pela ampliação e qualificação da
817 participação social. Leu um trecho da Carta de Brasília, elaborada na 5ª Conferência Nacional e que
818 reafirmava o compromisso do Conselho com a participação social e o protagonismo da pessoa com
819 deficiência. Disse que a Comissão Eleitoral seria definida na presente reunião, conforme
820 determinação da ADPF, e insistiu na criação da comissão temática proposta, que seria paritária e
821 contaria com seis integrantes, conforme orienta o Regimento Interno. Para compor a comissão
822 temática, propôs: Casa Civil, MDHC, dois representantes da sociedade civil do CONADE e dois
823 externos, possivelmente o FORBRACE e a FBASD, autora da ADPF. Confirmou que convidados
824 externos eram permitidos e disse que a comissão precisaria de agilidade nos seus trabalhos, a serem
825 desenvolvidos remotamente e com base no consenso da plenária. Sugeriu também a composição

826 com seis integrantes do CONADE e dois convidados externos. A participante perguntou se o
827 escopo da comissão temática limitar-se-ia a incluir as representações mencionadas no Conselho, ao
828 que a Presidente Anna Paula Feminella reafirmou que a comissão apresentaria uma proposta de
829 reestruturação do CONADE, em formato de decreto ou projeto de lei. Então, o Conselheiro lembrou
830 que os conselheiros que tinham feito propostas diferentes da que estava em votação precisavam
831 retirá-las e demonstrou preocupação com a vacância do Conselho, caso não o fizessem. Já o
832 Conselheiro Cesar Ackar Magalhães declarou não estar completamente convencido da proposta
833 exposta, argumentando que o prazo para elaboração de um decreto seria o mesmo,
834 independentemente do seu escopo, seja eleitoral ou a respeito da composição. Somou que os
835 conselheiros poderiam concordar com a postergação da mudança da composição ou não, o último
836 caso indicando que seria de responsabilidade do Governo viabilizar a nova composição em tempo
837 hábil. Após, o Conselheiro Adnilson Marins dos Santos resumiu que estava vivendo um dos dias
838 mais tristes da sua história do CONADE e falou que muitos tentavam indicar culpados, mas não
839 assumiam suas culpas. Reforçou que nem todas as vontades poderiam ser cumpridas e que os prazos
840 precisariam ser respeitados, além de elogiar a fala do Sr. Nelson Khakil. Sugeriu que a comissão
841 temática fosse composta apenas por integrantes do CONADE, com a prerrogativa de permitir-se a
842 participação de convidados. Então, o Conselheiro Victor da Silva Aquino retirou sua proposta
843 anterior, tendo em vista uma possível insegurança jurídica. Propôs a realização de reuniões entre a
844 CAC e a FORBRACE, preferencialmente 20 dias úteis antes de todas as reuniões ordinárias do
845 CONADE, a fim de validar o direito de voz dos conselhos estaduais e municipais via conselheiros
846 integrantes da CAC, dinâmica a ser desenvolvida até a efetivação dos trabalhos da comissão
847 temática. Em seguida, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné resumiu que eram dois os debates
848 em andamento: a eleição e a composição, e explicou que poderiam participar da Comissão Eleitoral
849 apenas entidades da sociedade civil que não se candidatassem, no caso a Ordem dos Advogados do
850 Brasil – OAB e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. Ainda, disse que a
851 comissão temática não faria a revisão do Regimento Interno, mas sim uma alteração pontual sobre a
852 composição do Conselho, e recomendou que a aprovação do trabalho fosse feita em reunião virtual
853 do CONADE daí três meses, uma vez que o assunto já tinha sido amplamente debatido.
854 Argumentou que, após a aprovação, teria início a tramitação burocrática do documento e questionou
855 se a próxima gestão poderia invalidar o trabalho da comissão. O Conselheiro Cesar Ackar
856 Magalhães perguntou se o representante que não iria concorrer novamente à uma vaga poderia

857 compor a Comissão Eleitoral, ao que o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné respondeu que não,
858 que nenhum representante de entidade que pretendia concorrer poderia participar,
859 independentemente se a representação seria mantida ou alterada. A seguir, o Conselheiro Geziel
860 Bezerra da Silva também encaminhou para que a OAB e o CONFEA participassem da Comissão
861 Eleitoral, por terem cadeira cativa e não participarem da eleição, além do Ministério Público. Em
862 suma, o Conselheiro Décio Gomes Santiago disse que poderiam participar da comissão temática
863 enquanto convidados a AMPID, a FORBRACE e a FBASD. O Conselheiro Daniel Faganello, como
864 representante do CONFEA, colocou-se à disposição para participar de ambas as comissões. Então, a
865 Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para votação a criação da comissão temática para
866 propor a nova composição do Conselho, com duração de três meses, sem prorrogação, e seis
867 representantes do CONADE e mais quatro convidados, sendo eles: AMPID, FBASD e conselhos
868 estaduais e municipais. A criação da comissão temática foi aprovada por unanimidade e
869 colocaram-se como candidatos a participar pela sociedade civil: Conselheiro Roberto Paulo do Vale
870 Tiné, representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do
871 Branco do Brasil e da Comunidade - APABB; Conselheiro Victor da Silva Aquino, representante da
872 Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; Conselheiro Daniel Faganello, do
873 CONFEA; Conselheiro Cesar Ackar Magalhães, da Retina Brasil; Conselheiro Geziel Bezerra da
874 Silva, da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física - ONEDEF;
875 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos, representante da Federação Nacional das Associações de
876 Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES. A Presidente Anna Paula Feminella apontou que
877 eram seis candidatos para três vagas da sociedade civil e o Conselheiro Décio Gomes Santiago
878 questionou a participação dos integrantes da CAC, o que foi criticado pelo Conselheiro, que sugeriu
879 a votação nominal. Continuamente, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para que cada
880 conselheiro titular ou suplente na titularidade votasse em três candidatos. A votação decorreu
881 conforme segue: a Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro votou nos Conselheiros
882 Adinilson Marins dos Santos, Victor da Silva Aquino e Geziel Bezerra da Silva; O Conselheiro
883 Victor da Silva Aquino votou em si mesmo e nos Conselheiros Roberto Paulo do Vale Tiné e Cesar
884 Ackar Magalhães; a Conselheira Jô Nunes votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos,
885 Daniel Faganello e Geziel Bezerra da Silva; a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano
886 de Oliveira votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e Cesar Ackar
887 Magalhães; o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné votou nele mesmo e nos Conselheiros

888 Adnilson Marins dos Santos e Daniel Faganello; o Conselheiro Daniel Faganello votou nele
889 mesmo e nos Conselheiros Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva; o Conselheiro Décio
890 Gomes Santiago votou nos Conselheiros Geziel Bezerra da Silva, Adnilson Marins dos Santos e
891 Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Adnilson Marins dos Santos votou nele mesmo e nos
892 Conselheiros Daniel Faganello e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira
893 Brito votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Geziel
894 Bezerra da Silva; o Conselheiro Magno Prado Gama Prates votou nos Conselheiros Adnilson
895 Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva; o Conselheiro Clóvis Alberto
896 Pereira votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Victor da
897 Silva Aquino; o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva votou nele mesmo e nos Conselheiros Cesar
898 Ackar Magalhães e Daniel Faganello; o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães votou nele mesmo e
899 nos Conselheiros Daniel Faganello e Geziel Bezerra da Silva; a Conselheira Cremilda Bastos Cravo
900 votou nos Conselheiros Cesar Ackar Magalhães, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva
901 Aquino; o Conselheiro Nicolau de Medeiros Faustino votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos
902 Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Milton Pereira de
903 Carvalho Filho votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e
904 Victor da Silva Aquino; a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende votou nos Conselheiros
905 Adnilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; a Conselheira
906 Aline Vasconcelos Zeymer votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Daniel Faganello
907 e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Wallace Dias Freitas votou nos Conselheiros Adnilson
908 Marins dos Santos, Daniel Faganello e Roberto Paulo do Vale Tiné; o Conselheiro Erico Grassi
909 Cademartori votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e
910 Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Nelson Luiz dos Santos Tomassini votou nos Conselheiros
911 Adnilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e Victor da Silva Aquino; a Conselheira Sueli
912 Francisca Vieira votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné
913 e Victor da Silva Aquino; a Presidente Anna Paula Feminella votou nos Conselheiros Adnilson
914 Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; a Conselheira Anna
915 Dorothea Dause Treno votou nos Conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e
916 Roberto Paulo do Vale Tiné; o Conselheiro Natan Monsores de Sá votou nos Conselheiros
917 Adnilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro
918 Rafael Faria Guiger votou nos Conselheiros Daniel Faganello, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor

919 da Silva Aquino. Por fim, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos recebeu 20 votos, o
920 Conselheiro Victor da Silva Aquino 17 votos e o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné 13 votos,
921 sendo estes os mais votados e, portanto, eleitos. Ainda, o Conselheiro Daniel Faganello recebeu 12
922 votos e os Conselheiros Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva tiveram 9 votos cada.
923 Ato seguinte, a Presidente Anna Paula Feminella perguntou quais representantes do Governo
924 tinham interesse em compor a comissão, candidatando-se o Conselheiro Nicolau de Medeiros
925 Faustino, da Casa Civil, e a Conselheira Sueli Francisca Vieira, do MDHC, assim como ela mesma.
926 Não havendo manifestações, a composição foi aprovada por unanimidade. Sugeriu o
927 encaminhamento de convites para colaborar com a comissão temática à FBASD, à AMPID e aos
928 conselhos municipais e estaduais, por meio do FORBRACE. O Conselheiro apresentou como
929 informação preliminar que eram entre 200 e 300 conselhos municipais do país, uma fração pequena
930 diante dos 5.575 municípios existentes. Perguntou se o convite poderia gerar um conflito de
931 interesse por parte da AMPID e da FBASD, que tinham interesse nas novas vagas, porém a
932 Presidente Anna Paula Feminella lembrou que as entidades teriam apenas voz, não voto, por serem
933 convidados, além do que o relatório produzido pela comissão precisaria ser aprovado pelo
934 CONADE. Ainda, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho relembrou a proposta do
935 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos sobre a comissão ter autonomia para definir seus
936 convidados. Em resposta, a Presidente Anna Paula Feminella argumentou que a definição imediata
937 dos convidados daria agilidade aos trabalhos, pois as entidades poderiam ser convidadas à data. Já a
938 Sra. Isana, Secretária Executiva do CONADE, relatou que o Regimento Interno previa que as
939 comissões temáticas tivessem autonomia para convidar pessoas externas para participar das
940 reuniões e o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães apontou que estabelecer os convidados seria uma
941 ação de atropelamento dos trabalhos da comissão. A Presidente Anna Paula Feminella repetiu que o
942 objetivo era acelerar os trabalhos e o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné lembrou que a
943 FBASD seria convidada por ter sido ela a iniciar a ação no STF. Entretanto, o Conselheiro Décio
944 Gomes Santiago afirmou que a FBASD não tinha participado do processo eleitoral anterior por
945 opção. Em conclusão, a Presidente Anna Paula Feminella declarou que a comissão definiria seus
946 convidados e encaminhou para votação a proposta do Conselheiro Victor da Silva Aquino sobre a
947 reunião da CAC e da FORBRACE, que foi aprovada por unanimidade. Ato seguinte, seguiu para a
948 eleição da Comissão Eleitoral, sendo que o Regimento Interno exigia um representante do
949 Ministério Público, a ser indicado por ele; um representante da sociedade civil do CONADE, cuja

950 entidade não concorreria a uma vaga; e um representante do MDHC. Assim sendo, o Conselheiro
951 Daniel Faganello, como representante do CONFEA, membro com cadeira cativa, candidatou-se e
952 foi aprovado por unanimidade. A Presidente Anna Paula Feminella informou que o Ministério
953 Público seria oficializado para fazer sua indicação, sendo que pela MDHC integrariam a comissão
954 ela mesma ou o Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira. Após o intervalo e feita a
955 verificação de quórum, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para eleição do
956 representante do CONADE para participar da oficina de avaliação biopsicossocial, de 12 a 14 de
957 dezembro, em Brasília. Disponibilizaram-se o Conselheiro Décio Gomes Santiago e o Conselheiro
958 Roberto Paulo do Vale Tiné, este último justificando sua candidatura por ter participado do grupo de
959 trabalho da avaliação biopsicossocial. Já o Conselheiro Décio Gomes Santiago argumentou que
960 fazia parte do Colegiado dos Conselhos Estaduais, que tinha articulado a participação do CONADE
961 no processo e que era uma pessoa com deficiência. Votaram no Conselheiro Décio Gomes Santiago
962 os conselheiros: Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Victor da Silva Aquino, Maria Cecília Jorge
963 Branco Martiniano de Oliveira, Daniel Faganello, Jonas Pontes de Oliveira Brito, Clóvis Alberto
964 Pereira, Geziel Bezerra da Silva, Cesar Ackar Magalhães, Aline Vasconcelos Zeymer, Wallace Dias
965 Freitas, Sueli Francisca Vieira, Arthur de Almeida Medeiros e ele próprio. Votaram no Conselheiro
966 Roberto Paulo do Vale Tiné os conselheiros: Milton Pereira de Carvalho Filho, Adnilson Marins
967 dos Santos e ele próprio. Abstiveram-se a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende, o
968 Conselheiro Rafael Faria Guiger, o Conselheiro Erico Grassi Cademartori e a Presidente Anna
969 Paula Feminella. Isto posto, o Conselheiro Décio Gomes Santiago foi escolhido com 16 votos,
970 contra três do Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné e quatro abstenções. Ato seguinte, a
971 Presidente Anna Paula Feminella avançou para a Apresentação do Relatório da Comissão de
972 Políticas Públicas – CPP. Com a palavra, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates iniciou o relato
973 tratando do caso Felipe Santos de Oliveira, autista e estudante de medicina que solicitou ajuda para
974 identificar alternativas de suporte financeiro para cobrir metade dos custos de sua faculdade de
975 medicina, dado que conseguiu um empréstimo para arcar com metade dos custos. Explicou que o
976 interessado não se enquadrava nos critérios do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e
977 buscava orientação sobre possíveis caminhos para superar as barreiras, tendo interesse em bolsas de
978 estudo voltada para pessoas com deficiência ou em situações de vulnerabilidade. Fez a leitura da
979 resposta elaborada pela CPP, com esclarecimentos baseados nas políticas vigentes e indicando que o
980 CONADE não tinha parcerias com instituições privadas para oferecer bolsas ou financiamentos

981 estudantis. A seguir, falou sobre a ação ajuizada pelo Conselho Federal de Medicina - CFM para
982 declarar a nulidade das Cláusulas 6, 7 e 8 do Edital nº 3/2024 do Exame Nacional de Residência
983 Médica – ENARE, conduzido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Explicou que a
984 ação buscava impedir que médicos se beneficiassem das cotas reservadas para negros, indígenas,
985 quilombolas e pessoas com deficiências nas vagas do exame. Disse que a contestação das cotas
986 poderia impactar negativamente a política de ações afirmativas no país. Encaminhamentos:
987 convidar representantes do ENARE e do CFM para discutir a situação junto ao pleno do CONADE
988 e manifestação da Comissão de Atos Normativos e da Presidência do CONADE junto à Comissão
989 de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Federal para conhecimento e incidência direta do
990 processo. Após, tratou da demanda de Caio Gabriel Pereira com relação às informações fornecidas
991 para acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, ao que a CPP respondeu. Relatou, ainda,
992 sua ida à Câmara dos Deputados na tentativa de articular a tramitação do Projeto de Lei nº
993 1.271/2019, sobre vaga para surdos, videoprovas em concursos públicos e editais disponibilizados
994 em Libras e solicitou o apoio do CONADE ao projeto de lei. Em conclusão, o relato da CPP foi
995 aprovado por unanimidade. Ato seguinte, passou-se para apresentação do relatório da Comissão de
996 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
997 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. Em posse da palavra, o Conselheiro Daniel Faganello fez a
998 leitura do relato da CMC, com destaque para a apresentação sobre uma pesquisa feita pelo
999 Observatório da Deficiência da Universidade de Brasília, que teve como objetivo avaliar a
1000 implementação da Convenção no Brasil, sugerindo que a apresentação fosse feita na plenária. Disse
1001 que, em atendimento à proposta do Conselheiro Joelson Dias, a Comissão deliberou pela
1002 instauração de processo para avaliação da atribuição do CONADE, como um dos órgãos dos
1003 internos no Brasil responsáveis pelo monitoramento da implementação da Convenção da ONU, bem
1004 como das diretrizes, critérios e indicadores que deveriam ser definidos para o referido
1005 monitoramento. Sobre o acompanhamento do trabalho de revisão das leis e projetos de lei sobre
1006 direitos da pessoa com deficiência, à luz da Convenção, informou que o relatório seria apresentado
1007 na última reunião da composição, assim como o acompanhamento da análise de revisão do Código
1008 Civil. Não havendo manifestações, o Relatório da CMC foi aprovado pela unanimidade dos
1009 presentes. Continuamente, seguiu-se para a apresentação do Relatório da Comissão de
1010 Comunicação Social – CCS. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné fez a leitura do documento,
1011 a começar pela distribuição de atividades a serem desenvolvidas pelos integrantes quando à

1012 atualização de postagens no Instagram e a lista de assuntos a serem abordados nas páginas do
1013 CONADE. Em votação, o relatório da CCS foi aprovado por unanimidade. A Presidente Anna
1014 Paula Feminella apresentou as versões impressas da Carta de Brasília e do documento sobre
1015 Criação, Funcionamento e Reestruturação dos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito
1016 Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Avisou que o material estava disponível
1017 no site da 5^a Conferência Nacional e seria incluído na página do CONADE do site do MDHC, além
1018 de pedir a divulgação. Em complementação, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra
1019 informou que a Retina Brasil solicitou a permanência do site da Conferência no ar, por conter uma
1020 quantidade ampla de informações e servir como uma memória do evento. Pediu a divulgação de
1021 todas as páginas do CONADE. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates elogiou o trabalho da 5^a
1022 Conferência e pediu a inclusão do QR Code no material impresso que leve até a interpretação de
1023 Libras do texto. A Presidente Anna Paula Feminella concordou com a necessidade de divulgação do
1024 material e das opções de acessibilidade e a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende pediu
1025 atenção às particularidades do público surdo, explicando que nem todos eram alfabetizados em
1026 português. Então, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para que todos os materiais
1027 produzidos futuramente tivessem o QR Code com o caminho para a interpretação de Libras e a
1028 Conselheira lembrou que o edital de convocação para as eleições do CONADE também deveria ser
1029 sua versão em Libras. Ato continuo, instaurou-se a apresentação do Relatório da Comissão de
1030 Articulação de Conselhos – CAC. Em posse da palavra, o Conselheiro Victor da Silva Aquino
1031 informou que a reunião começou com a leitura do relatório anterior e pediu autorização para incluir
1032 no relatório atual a deliberação da plenária sobre as reuniões da CAC com a FORBRACE. Fez a
1033 leitura do relatório, explicando a destinação das versões impressas do Documento Orientador e o
1034 debate sobre a efetiva participação popular na 5^a Conferência, com ênfase na elaboração e
1035 impressão da Carta de Brasília. Citou também a demanda da Rede Interamericana sobre Deficiência
1036 e da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul para que o Brasil sediasse o
1037 pré-evento da 2^a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a ser realizada em 2025. Explicou
1038 que o evento ocorreria em dezembro de 2024, no Rio de Janeiro, e enfatizou que lista de convidados
1039 brasileiros e internacionais das organizações sociais era de responsabilidade da Rede e a lista de
1040 convidados internacionais ficou a cargo da Organização dos Estados Americanos – OEA. Após,
1041 tratou da demanda do Paraná para o curso de capacitação de secretários executivos do Conselho
1042 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relatando o histórico do caso desde setembro e

1043 detalhando os temas a serem abordados no curso, cuja intenção era que estivesse pronto a tempo de
1044 ser ministrado em março de 2025. Pediu o apoio da Secretaria Nacional com técnicos nas áreas
1045 especializadas. Somando ao relato, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva solicitou a inclusão dos
1046 conselheiros da CAC no grupo do *WhatsApp* do FORBRACE a fim de aprimorar os diálogos, ao
1047 que o Conselheiro indicou que a possibilidade fosse debatida diretamente com o Fórum. A
1048 Presidente Anna Paula Feminella corrigiu que o pré-evento tinha sido demanda do Instituto da
1049 Acessibilidade para Diversidade – IAD e da Aliança Internacional para as Pessoas com Deficiência
1050 – IDA. Por fim, o relatório da CAC foi aprovado por unanimidade e seguiu-se para a apresentação
1051 do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. O
1052 Conselheiro Adnilson Marins dos Santos pediu que a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco
1053 Martiniano de Oliveira fizesse a leitura do relatório, iniciando pelos processos analisados e
1054 respectivos encaminhamentos da CDP. Após, informou que a CDP não tinha recebido nenhuma
1055 demanda desde a reunião de setembro. A Presidente Anna Paula Feminella elogiou o trabalho
1056 desenvolvido pela CDP e a Sra. Isana esclareceu que a ouvidoria do MDHC estava passando por
1057 uma reestruturação, por isso não tinham sido encaminhados novos processos. A seguir, a Presidente
1058 Anna Paula Feminella apontou que o CONADE não poderia estabelecer prazos para a resposta de
1059 órgãos públicos, conforme constava em alguns encaminhamentos, e pediu também a supressão das
1060 indicações e durações de terapias. Avisou que os processos seriam avaliados pela CONJUR, a fim
1061 de garantir que estavam corretos do ponto de vista jurídico. Após, o Conselheiro Cesar Ackar
1062 Magalhães elogiou o trabalho desenvolvido e pediu que o processo que citou o Passe Livre fosse
1063 encaminhado à ele, uma vez que tinha ciência de ocorrências similares. Sobre o Passe Livre, a
1064 Presidente Anna Paula Feminella informou que a Secretaria estava buscando maneiras de solucionar
1065 o problema, que era recorrente, em escala nacional. Continuamente, o Conselheiro Adnilson
1066 Marins dos Santos agradeceu todos os integrantes da CDP pelo esforço, uma vez que o volume de
1067 trabalho acumulado era grande. A Presidente Anna Paula Feminella também agradeceu a Comissão
1068 pelo compromisso com a pasta, assim como todos os integrantes do CONADE. Saudou o Sr.
1069 Bernardo Barlach, gerente de relacionamento do programa de acessibilidade da Google. O
1070 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira cumprimentou o Sr. Bernardo Barlach e demonstrou
1071 contentamento com a sua presença na reunião. Cedida a palavra, o Sr. Bernardo Barlach anunciou
1072 que, em breve, seriam lançadas normas técnicas para acessibilidade em websites e resumiu que seu
1073 trabalho envolvia aproximar-se, criar conversas e relações de engajamento com a comunidade de

1074 pessoas com deficiência, assim como Organizações Não Governamentais - ONGs, instituições,
1075 empresas, Governo ou grupos de apoio que atuassem no apoio à pessoa com deficiência, a fim de
1076 ouvir seus anseios, demandas e oportunidades para os produtos do Google. Listou os produtos do
1077 Google voltados para a acessibilidade, desde leitores de tela e transcritores até aplicativos e
1078 soluções para deficiências cognitivas e da mobilidade. Reforçou o compromisso do Google com a
1079 acessibilidade e colocou a estrutura da empresa à disposição para testes de produtos, sejam eles do
1080 Google ou não. Fez sua autodescrição e disse ter baixa audição e um filho no espectro autista, ao
1081 que a Presidente Anna Paula Feminella demonstrou contentamento em ver uma pessoa com
1082 deficiência na posição que ele ocupava. A seguir, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra
1083 elogiou o trabalho com inclusão digital desenvolvido pelo Google e o Conselheiro Milton Pereira de
1084 Carvalho Filho demonstrou satisfação com a presença do Sr. Bernardo Barlach e informou que o
1085 projeto de acessibilidade em conteúdo de aplicações web da ABNT estava em consulta pública. Ato
1086 contínuo, a Presidente Anna Paula Feminella retomou para a votação do relatório da CDP, que foi
1087 aprovado por unanimidade. Dada a ausência dos representantes da Comissão de Orçamento e
1088 Finanças Públicas – COF, avançou aos informes, iniciando com a Conselheira Angela Maria de
1089 Sousa Bezerra, que fez a leitura da nota da Retina Brasil que parabenizou o CONADE pelo trabalho
1090 desenvolvido e 2024. A seguir, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães lembrou do Dia Internacional
1091 da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro, quando ocorreria uma marcha, em
1092 Brasília, para entrega de reivindicações aos parlamentares. Na sequência, o Conselheiro Clóvis
1093 Alberto Pereira relatou sua participação no Fórum Interconselhos e no G20 Social, enfatizando o
1094 discurso da participação das pessoas com deficiência nos debates voltados para o meio ambiente e o
1095 combate à fome. Citou o documento final apresentado no Fórum, que incluiu a questão geracional e
1096 cobrou a disponibilização de fundos para as políticas voltadas às vulnerabilidades. Lamentou a
1097 ausência da questão do capacitismo no documento, que citou outras formas de preconceito, ao que a
1098 Presidente Anna Paula Feminella afirmou que o capacitismo estava pautado, porém as
1099 representações internacionais tiveram dificuldade em entender do que se tratava. Anunciou que, no
1100 dia 28 de novembro, o MDHC lançaria uma campanha de promoção dos direitos da pessoa com
1101 deficiência e enfrentamento ao capacitismo. Na sequência, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale
1102 Tiné comunicou que a APABB tinha recebido, pelo quinto ano consecutivo, o prêmio Melhores
1103 ONGs e o Conselheiro Magno Prado Gama Prates elogiou os trabalhos envolvidos na Conferencia
1104 Nacional e desejou que 2025 também fosse um ano produtivo. Pediu que os conselheiros

1105 articulassem o avanço do PL nº 1.239/2019 com a Câmara dos Deputados e sugeriu a inclusão de
1106 IAs ao WhatsApp, a fim de promover o uso por surdos e corrigir os textos escritos por eles em
1107 português, além de pedir que um representante da Meta fosse convidado para uma reunião futura.
1108 Propôs também uma conversa com o ICOM e a Agência Nacional de Telecomunicações -
1109 ANATEL sobre a central de intérprete de Libras 24 horas e a disponibilização de sinal de internet
1110 que comportasse o serviço. Em conclusão, defendeu a campanha Sônia Livre, em nome da
1111 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, sendo que a Presidente Anna
1112 Paula Feminella endossou a relevância da demanda. Anunciou que, à data, era aniversário Sr.
1113 Décio, colaborar do CONADE, parabenizando-o. Por fim, encaminhou-se para apresentação do
1114 relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. O Conselheiro Décio Gomes
1115 Santiago informou que a reunião não teve quórum, mas que uma nova reunião estava agendada para
1116 a semana seguinte. Retomando os informes, comunicou que a Fraternidade Cristã de Pessoas com
1117 Deficiência no Brasil - FCD/BR realizou três encontros nacionais em preparação para a Assembleia
1118 Nacional, que aconteceria em 2025, em Natal. Anunciou a iminente canonização da Serva de Deus
1119 Maria de Lourdes Guarda, pessoa com deficiência que fazia movimentos grandiosos no Estado de
1120 São Paulo. Agradeceu seu acompanhante, Sr. Décio Gomes Santiago Filho, assim como a equipe do
1121 CONADE e demais conselheiros, pela dedicação e trabalho desenvolvido. Encerrados os informes,
1122 a Presidente Anna Paula Feminella instaurou o ponto de pauta sobre inclusão e participação da
1123 pessoa com deficiência nos debates do G20 e da Cúpula Mundial e da América Latina e Caribe
1124 sobre deficiências. Falou que resumiria o assunto devido ao avanço do horário e ponderou que o
1125 compromisso da inclusão do tema nos debates internacionais passava pela importância da pauta no
1126 país. Relatou que o Brasil era muito chamado para protagonizar tal debate em decorrência da
1127 experiência do CONADE com a participação social e do esforço para o cumprimento da Convenção
1128 Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Tratou sobre a criação e o escopo do
1129 Deficiência 20 – D20, para o qual o CONADE tinha sido convidado e foi representado pelo
1130 Conselheiro Décio Gomes Santiago. Apresentou o Relatório Final do D20, desenvolvido pelos seus
1131 dez grupos de trabalho e construído com o protagonismo de pessoas com deficiência intelectual,
1132 que seria enviado em formato PDF para todos os conselheiros, e resumiu que o documento não só
1133 abordava os temas específicos da deficiência, mas todos os temas que o G20 tratou com a
1134 contribuição das organizações de pessoas com deficiência. Resgatou o histórico do lema “Nada
1135 sobre nós sem nós”, criado na África do Sul nos anos 1980. Citou a Cúpula Mundial sobre

1136 Deficiência, que aconteceria em 2025, na Alemanha, com protagonismo da sociedade civil, assim
1137 como a solicitação de apoio ao Governo brasileiro para a organização de uma cúpula da América
1138 Latina, como relatado pelo Conselheiro Victor da Silva Aquino. Sugeriu que o Relatório fosse
1139 debatido em uma *live*, dada a relevância dos temas abordados. Agradeceu os desafios e conquistas
1140 de 2024. A seguir, o Conselheiro Décio Gomes Santiago contou que participou de duas mesas no
1141 D20 e elogiou a articulação, o apoio e a visibilidade do CONADE, além de comparar o cenário
1142 brasileiro ao sul-africano quanto às pessoas com deficiência. Elogiou a participação dos
1143 Conselheiros Jô Nunes, Adnilson Marins dos Santos, Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de
1144 Oliveira, Clóvis Alberto Pereira, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro e Wagner Gonçalves Saltorato
1145 no Fórum Interconselhos, onde sentiu-se empoderado e acolhido. Em posse da palavra, a
1146 Conselheira reforçou que 2024 tinha sido um ano de trabalhos intensos e elogiou a proposta de uma
1147 reunião para discussão do Relatório, com transmissão online. Falou sobre a importância da
1148 construção e fortalecimento da política voltada para quem cuida. Ainda, voltou ao caso Felipe
1149 Santos de Oliveira, questionando se ele poderia beneficiar-se do Programa Universidade para Todos
1150 - PROUNI ou da transferência para uma universidade pública e citou os programas para
1151 permanência de alunos com deficiência nos cursos superiores. Por fim, a Conselheira Maria Cecília
1152 Jorge Branco Martiniano de Oliveira disse ter enviado a nova documentação da Associação dos
1153 Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – AFAG, pedindo que o nome fosse
1154 atualizado. **ENCERRAMENTO 27/11/2024:** Feitos os agradecimentos e não havendo mais
1155 nenhum item a ser tratado, a Presidente Anna Paula Feminella agradeceu a presença de todos e
1156 encerrou a 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
1157 (CONADE).

1158

1159

1160

1161

Anna Paula Feminella

1162 **Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

1163

1164

1165

Novembro de 2024